

O SER É ACESSÍVEL À RAZÃO? A PROPOSTA GNOSIOLÓGICA DE TOMÁS DE AQUINO.

Paulo Faitanin – Universidade Federal Fluminense.

Resumo: Nossa intenção neste artigo é considerar: o ser é acessível à razão? Qual é o método? O conhecimento humano é o mesmo antes e depois do pecado? Sua doutrina, além de atual, oferece uma inovação perene e tem sido frequentemente retomada por diferentes setores da filosofia e da teologia contemporâneas.

Palavras-chave: Teoria do Conhecimento, Gnosiológica, Tomismo, Tomás de Aquino, ser, conhecimento.

Abstract: Our intention in this article is to consider: the being is accessible to the reason? Which is the method? The human knowledge is the same before and after the sin? Its doctrine, beyond current, offers a perennial innovation and has been frequently retaken for different sectors of the philosophy and the theology contemporaries.

Keywords: Theory of Knowledge, Gnosiology, Thomism, Thomas Aquinas, being, knowledge.

1. INTRODUÇÃO.

Em qualquer sistema filosófico urge primeiramente saber sobre quais princípios e definições partem o autor. Em muitos casos saber de onde ele parte já mostra para onde pretende ir ou até onde poderá chegar. Não é diferente com o pensamento de Tomás de Aquino. Com relação a isso o Aquinate é bem claro em sua obra quando propõe seus princípios. Uma primeira evidência repousa no fato de que o homem, a partir dos princípios que residem em seu intelecto e da abertura à realidade, pode acessar ao conhecimento do ser. Nesta perspectiva, o ser é acessível ao intelecto, à razão.

Da parte do homem exige-se o hábito, a prática destes princípios e do real apenas sua objetividade que norteia e faz inclinar a razão, a vontade e os sentidos em sua direção. O intelecto anseia naturalmente conhecer o real. Inclina-se-lhe pelos sentidos e o encontra revestido de um sem número de elementos que o provocam e motivam a descobri-lo. O intelecto ao deparar-se com o real encontra algo que se distingue do que naturalmente ele é por natureza. Mas isso não constitui obstáculo para que ele não consiga assimilar, a seu modo, o essencial de cada natureza do mundo material ao qual se inclina e conhece.

O intelecto produz uma ‘cópia’ mental do real e a partir dela é capaz de fabricar modelos teóricos do mesmo, explicações dos fenômenos que circundam a realidade. Enfim, torna-se capaz de fazer *ciência*. Torna-se ‘senhora’ da realidade com ‘poderes’ de preservar ou mesmo destruí-la. Nem sempre a história da humanidade eximiu-nos da consciência do quanto o homem pôde fazer em seu benefício ou malefício, ao dispor irresponsavelmente de conhecimentos e domínios sobre o real e sobre o próprio homem. O conhecimento deve imprimir no homem um sentido pleno de responsabilidade, pois já se deram mostras inequívocas de que um conhecimento pode ser utilizado para o bem ou mal.

Sabemos que isso não ofusca o brilhantismo das conquistas humanas. Mas isso não é suficiente. É preciso ordenar moralmente a razão para as descobertas que não a aprisionem em seu próprio domínio. O momento é de dar consciência a razão de seus próprios limites e de incitá-la, pela via moral, a abandonar seus limites mentais e retomar os que de direito e retamente podem capacitá-la, em toda sua força, para produzir bens para a humanidade. Há de libertá-la de sua instrumentalização para o mal e discipliná-la em seu reto uso para fazer o que é bom e servir ao bem comum dos homens¹.

Não obstante, o ‘poder’ auferido à razão ofusca os melhores desejos e boas intenções humanas. O fascínio que a razão exerce sobre os homens é tão profundo que não nos espanta que de uma mente brilhante emirjam pensamentos e doutrinas tão torpes e desconectadas do real e do compromisso e responsabilidade com a dignidade da vida humana. Do mau uso desta nobre faculdade aparecem, às vezes, as maiores misérias humanas.

Por que ocorre isso? Deve-se à desorientação da razão? Isso é causado pela realidade? A realidade não tem culpa! Isso é fato da desordem moral humana na aplicação dos princípios da razão. Não que tais princípios estejam errados, mas o uso do que resulta da prática e hábito destes princípios retos da razão. O problema não está na razão, mas no modo como são canalizados e instrumentalizados seus retos princípios quando de seu uso. E isso é a dimensão moral de seu uso.

Não seria possível reordenar retamente a razão em seu uso moral se não a conhecermos primeiramente em sua capacidade, seus princípios e o modo como ela conhece a realidade. Urge, pois, conhecê-la em si mesma e ao menos identificar que toda projeção cognitiva humana depende de uma reta

¹ É o que recentemente em sua encíclica *Spe salvi*, n. 22 declarou, também, Bento XVI: “Se ao progresso técnico não corresponde um progresso na formação ética do homem, no crescimento do homem interior (cf. *Ef* 3,16; *2 Cor* 4,16), então aquele não é um progresso, mas uma ameaça para o homem e para o mundo”.

ordenação moral, para que a mente humana não seja ofuscada e não cause mais malefícios do que benefícios, a si mesma e a tudo o que lhe rodeia.

Que desejamos conhecer o real é óbvio, mas saber se o seu ‘ser’ é acessível à razão tem sido discutido em muitas épocas e correntes de pensamento. Para o Aquinate o ser é acessível à razão. Mas isso não basta, pois cabe saber o que é o conhecer, seu modo de acessar a realidade e, sobretudo, identificar o motivo pelo qual foi possível à razão valer-se irresponsavelmente da faculdade pela qual conhece e também do que conhece. Não há outra razão em Tomás senão buscar tais motivos no mistério da queda original do homem e de seu resgate por Cristo, pois assim ficam mais claras as conseqüências que sobrevieram ao domínio do uso e aplicação do conhecimento que o homem é capaz de obter pela razão.

2. BASES DA GNOSIOLOGIA DE TOMÁS DE AQUINO.

§1. CONHECER: O QUE É?

Cabe em primeiro lugar saber o que significa a palavra *conhecimento* no contexto tomasiano. Dos muitos sentidos que o termo assume em sua obra é o de ‘ato pelo qual o objeto conhecido se encontra no sujeito que conhece’² que guarda a maior importância. Diferente das propostas reducionistas dos racionalistas, a tomasiana se estabelece a partir de um diálogo entre o sujeito e o objeto. Cada qual contribui para o processo, a seu modo.

De que modo o conhecido encontra-se no cognoscente? Tomás explica isso a partir de uma comparação com o principal processo da alimentação: a *nutrição*, enquanto processo de *assimilação*³. Assim como um organismo se nutre ao assimilar o alimento⁴, do mesmo modo a faculdade humana conhece ao assimilar a realidade conhecida, enquanto o conhecido é assimilado pelo cognoscente⁵. No entanto, a alimentação do organismo dá-se por absorção do nutriente, enquanto no conhecimento isso ocorre de outro modo, pela *abstração*, da qual falaremos mais adiante. Em síntese, o nutriente é para o organismo o que o *conceito* – imagem do objeto conhecido no cognoscente – é para a faculdade que conhece⁶.

² TOMÁS DE AQUINO, S. *STh.* I, q. 79, a. 2,c; I, q. 12, a. 4, c.

³ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG.* II, c. 77.

⁴ A alimentação é o ato de receber o alimento. A nutrição é a assimilação pelo organismo dos materiais nutritivos obtidos através da alimentação: SOARES, J.L. *Dicionário etimológico e circunstanciado de Biologia*. 1ª. edição. São Paulo: Editora Scipione, 2004, p. 321.

⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG.* I, c. 65.

⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG.* II, c. 77.

Contudo, a imagem pode ser considerada de dois modos: a imagem sensível, que é propriamente uma imagem e o conceito, que não é uma imagem em seu sentido próprio, mas algo que resulta da abstração das imagens, por isso, é como uma espécie, sob a qual se identificam muitas imagens individuais. Por isso, o *conceito* foi denominado pelos medievais como ‘espécie’, mas *inteligível*. O conhecimento se dá, pois, quando há a informação de alguma espécie da coisa conhecida, enquanto assimilada pelo cognoscente⁷. Por isso o Aquinate sempre deixou muito claro que o conhecer ocorre por *assimilação*⁸ do conhecido no cognoscente ou na *união*⁹ do cognoscente com o conhecido. Tendo isto em conta, resulta que conhecer é *padece*¹⁰, na medida em que a potência da alma *padece* ao produzir em si a espécie do conhecido.

§2. ORIGEM, SUJEITO, OBJETO E PRINCIPAIS TIPOS.

O conhecimento tem ordinariamente sua origem na relação entre os órgãos dos sentidos e os objetos sensíveis externos¹¹. O princípio do conhecimento humano, neste aspecto, pode ser considerado de dois modos: por parte da alma intelectual e por parte do corpo.

Por parte da alma intelectual, o princípio do conhecimento humano são as próprias potências intelectivas - intelecto e vontade - e, por parte do corpo, o princípio do conhecimento humano são as próprias potências sensitivas - os sentidos externos e internos, destacando que os internos não possuem órgãos dos sentidos e se encontra em estreita relação com a potência intelectual. Mais propriamente, diz-se que o princípio do conhecimento está nos sentidos, pois neles se encontram a máxima certeza¹².

Como fiar nos sentidos? Dada à mentalidade cartesiana, que impôs a desconfiança do conhecimento sobre os sentidos. Os sentidos continuam sendo critérios de verificação das teorias científicas. São, pois, os sentidos as portas de acesso à realidade natural, concreta e individual que nos rodeia e somente a partir da verificação das sensações podemos efetivamente elaborar modelos científicos mais universais, na medida em que uniformiza e generaliza o campo observacional da experiência particular.

⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent.* d. 3, q. 1, a. 1, obj. 3.

⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *CG.* II, c. 77.

⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh.* I, q. 83, a. 1, c.

¹⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent.* d. 17, q. 2, a.1, ad5: “Dicitur enim communiter passio uno modo omnis receptio, secundum etiam quod intelligere pati dicitur”.

¹¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh.* III, q. 30, a. 3, ad. 2.

¹² TOMÁS DE AQUINO, S. *STh.* III, q. 30, a. 3, ad.2.

Para a infelicidade de Descartes, ainda se faz ciência deste modo em nossos dias, quando muitos, mesmo que em literatura de ficção científica, como a de Asimov, pensavam não mais haver necessidade do uso dos sentidos e da certeza apoiada em sua verificação. Não há decepção se ainda no terceiro milênio continuamos a depender de fazer ciência sobre o que nos informam os sentidos. Há a confirmação da unidade da natureza do homem, ontem, hoje e amanhã. O homem continua sendo o mesmo por natureza, mesmo que mudem os tempos e com eles suas ações e produções.

Nesta circunstância todo o conhecimento humano depende do que lhe fornece os sentidos e deles o intelecto abstrai as suas formas inteligíveis, por meio das quais conhece a natureza daquilo que concebe¹³. A alma racional conhece as coisas inferiores por abstração, a partir da experiência sensível que delas obtém¹⁴.

O sujeito¹⁵ do conhecimento pode ser tanto a alma intelectual, quanto o corpo. Mas como todo conhecimento humano tem seu sujeito a alma intelectual, é ela propriamente o sujeito do conhecimento. A alma intelectual conhece por meio do intelecto os corpos dos seres, mas os conhece de maneira imaterial, universal. Mas ao intelecto convém, maximamente, a capacidade de conhecer tudo o que é imaterial¹⁶. Por isso, o conhecimento da alma é em parte intelectual e em parte, sensitivo¹⁷.

Aquilo a que se refere à potência intelectual e o conhecimento é o ente. O ente é o objeto¹⁸ e o que primeiro capta o intelecto¹⁹. Por isso, o ente é o objeto próprio do conhecimento da alma intelectual. São duas as categorias de objeto: o ente sensível e o ente imaterial²⁰. O ente sensível, que é a realidade singular, seu conhecimento antecede, é anterior ao conhecimento do ente universal como, também, é anterior o conhecimento sensível com relação ao inteligível²¹. A alma pode, ainda, conhecer as realidades que lhes são superiores, como as verdades mais universais ou as substâncias angélicas ou o

¹³ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 84, a. 1, c.

¹⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 86, a. 1, c.

¹⁵ Por 'sujeito' entende-se, aqui, o que subjaz ou subsiste como substância [*STb.* I, q. 29, a. 2, c].

¹⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 84, a. 1, c; III, q. 11, a.1, c.

¹⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 54, a. 3, ad. 1.

¹⁸ Por 'objeto' entende-se, aqui, aquilo a que se refere à potência ou ao hábito do conhecimento [*STb.* I, q. 1, a. 7, c].

¹⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Met.* lec.2, n.46.

²⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 12, a. 4, c.

²¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 85, a. 3, c; q. 6, a. 1, ad. 2; q. 59, a. 1, c.

que de Deus se pode conhecer, por analogia, a partir do que o intelecto apreende e entende do que considera pelos sentidos²².

Há duas ordens de causas do conhecimento: uma sensível e outra imaterial. A causa eficiente do conhecimento é o próprio ente; a causa formal é a verdade do ente; a causa material são a materialidade e a individualidade do ente e a causa final é a adequação do intelecto com a coisa e o seu conceito.

Visto que o intelecto é mais apto a conhecer as realidades imateriais do que as coisas materiais, seria errôneo não haver, também, uma causalidade da ordem do conhecimento imaterial: a causa eficiente é o ente imaterial; a causa formal é a verdade e a final é o conceito, sendo excetuada a causa material, por não ter a matéria o ente imaterial.

E porque tudo se converge para Deus, Ele é a causa última do conhecimento da alma intelectiva. Cabe frisar que a causa próxima do conhecimento intelectual é o conhecimento sensível. Mas este não é a causa de todo conhecimento intelectual, já que o intelectual vai além do conhecimento sensível²³.

Há também dois tipos de conhecimento: um natural e outro sobrenatural. A potência intelectiva ordena-se, primeiramente, para o conhecimento natural. O conhecimento natural, por sua vez, é de dois tipos: o conhecimento sensível que conhece material e concretamente e o conhecimento inteligível, que conhece imaterial, abstrata e universalmente²⁴. O conhecimento é pelo modo da abstração e segue a ordem que vai do sensível ao inteligível, ou do particular ao universal²⁵. Mas a alma conhece também as coisas imateriais, pois ela se conhece a si mesma.

A alma se conhece a si mesma por reflexão, por comparação do que não existe em si, com o que existe em si, bem como do que lhe é revelado e não contraria os seus princípios²⁶. Sobre o conhecimento sobrenatural vale destacar o conhecimento da alma separada do corpo. A alma separada do corpo não conhece senão por infusão, que é a iluminação, ou por reflexão, por recordar em si o que dela já conheceu. No caso do conhecimento sobrenatural Deus o permite, em vista de um bem comum ou mesmo de um bem individual maior²⁷. A alma separada não abstrai, porque não utiliza as faculdades sensíveis para conhecer. A abstração supõe o conhecimento sensível.

²² TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 88, a. 1, c.

²³ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 84, a. 6, c.

²⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 86, a. 1, ad. 4.

²⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 85, a. 1, c.

²⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 87, a. 1, c.

²⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 89, a. 1, c.

§3. NOMENCLATURA DA DOCTRINA TOMASIANA.

Apesar de todo este detalhamento da doutrina do conhecimento, não há em Tomás um uso específico de uma palavra para designar o estudo das questões relativas ao conhecimento. Tratou do tema quando considerava diversos outros temas: a verdade, o intelecto, o mal etc. A palavra *gnosilogia*²⁸, desde quando surgiu, serviu satisfatoriamente para nomear os estudos das questões relativas ao conhecimento²⁹ e designar a *Teoria do Conhecimento* ou a análise reflexiva do ‘ato de conhecer’³⁰.

Ora, o que Tomás fazia ao analisar esta questão não era senão uma análise filosófica sobre o ato objetivo e reflexivo do conhecer. O ponto de partida do Aquinate é a evidente inclinação do homem para o saber. Herdara de Aristóteles os argumentos favoráveis para a demonstração desta tese. De fato, Aristóteles³¹ demonstra que o homem tem o desejo natural de conhecer.

²⁸ O vocábulo *gnosilogia* foi utilizado pela primeira vez no século XVII, por Valentin Fromme [1601-1675] em sua *Gnosteologia* de 1631

²⁹ Por equívoco confunde-se com frequência *Gnosilogia* e *Epistemologia*. Uma breve análise etimológica pode ajudar a desfazê-lo: ‘gnosilogia’ deriva de gnosísis + logia e significa o estudo do ato de conhecer; ‘epistemologia’ deriva de episteme + logia e significa o estudo da ciência. Em língua portuguesa, por causa da forte e recente influência das filosofias da linguagem americana e britânica que adotaram ‘epistemology’ para nomear a ‘teoria do conhecimento’, a palavra epistemologia é utilizada para designar a teoria do conhecimento. Mas isso é um equívoco, porque *gnosilogia* designa etimológica e semanticamente a ‘teoria do conhecimento’. O termo *epistemologia*, enquanto teoria da ciência, melhor designa o estudo *a posteriori* dos conceitos, métodos, princípios e hipóteses das ciências e, até mesmo, o estudo do seu desenvolvimento real e histórico, do que a análise crítica do ato e da faculdade de conhecer, em si mesmos. Em última instância, por epistemologia designa-se melhor o que se entende por *Filosofia da Ciência*.

³⁰ Convém também não confundir a *gnosilogia* com outros campos do saber. A *Psicologia* filosófica, em Tomás de Aquino, por exemplo, refere-se ao estudo da origem e da natureza da alma humana, portanto, da *psiqué* [alma] humana. Difere da *Gnosilogia* porque esta se refere ao estudo do ato do conhecimento e da faculdade de conhecer da alma humana, portanto, da *gnosísis* [conhecimento]. No Iluminismo, por vezes, nossa disciplina foi tomada como sinônimo de *Antropologia* por expressar no homem sua máxima potencialidade. Contudo, esta última, ao menos no contexto tomista, designa o estudo da origem e natureza de corpo e alma, bem como da união e separação substancial de ambos, sem deixar de referendar, o modo como se relacionam e produzem operações. Cabe aqui falar da *Lógica*. Esta parte da filosofia refere-se ao estudo do conhecimento universal e certo pelos princípios, cuja finalidade especulativa é tentar descobrir e desenvolver a maneira correta de pensar do homem. Portanto, mais do que estudar o modo de conhecer estuda-se com esta disciplina a maneira como o intelecto articula os conceitos do conhecimento no pensamento.

³¹ ARISTÓTELES, *Metafísica*, I, 1 980^a 1.

Segundo Tomás, isto se denota pela evidente inclinação natural do intelecto ao conhecimento, que não é vã, porque o intelecto toma posse do real, de certo modo, ao conhecê-lo, pois o conhecimento ‘acontece por estar o conhecido no cognoscente’³². Além disso, Tomás deixa-nos entrever em suas muitas exposições sobre o tema, que com a posse do que conhece do real, o intelecto gera a *ciência* ao aplicar o que conhece, sob o crivo de seus princípios, na construção de modelos conclusivos e explicativos do real³³.

Nesta perspectiva, toda teoria tomasiana é *realista*, na justa adequação entre a objetividade do real e a subjetividade do sujeito, sem reduzir o conhecimento a um modelo estritamente teórico ou prático, mas um modelo ao mesmo tempo teórico-prático. Não se trata de um *realismo materialista* (objetivista) que coloca no real toda a fundamentação do conhecimento, nem um *realismo idealista* (subjetivista) que condiciona a objetividade do real ao sujeito.

Uma gnosiologia não realista nestes termos compromete o papel do sujeito no conhecimento da realidade, supervalora ou o sujeito ou a própria realidade. No contexto tomasiano, urge à *gnosiologia* o resgate metafísico da realidade. Não sem razão, ela foi denominada *Metafísica da verdade*, por ser a verdade no intelecto a posse mesma do conhecido no cognoscente.

Como ‘metafísica da verdade’ cabe à gnosiologia estudar como os nossos sentidos apreendem sensivelmente o real e como nossa inteligência concebe inteligivelmente, a partir destas informações sensíveis, o ser, nela mesma, como *verdade*, isto que dá nome à adequação entre o que o intelecto concebeu em si mesmo com o que existe na realidade³⁴. Por tudo isso, dentro do contexto tomasiano, tal estudo é propedêutico à lógica, na medida em que produz os conceitos que serão ordenados pela lógica e servirá comumente tanto para a geração da ciência, quanto para as investigações metafísicas.

O acesso ao ser supõe um itinerário do intelecto. A via sobre a qual transcorre este caminho é a realidade. O instrumento são as potências da alma e a finalidade é o conhecimento. Portanto, o itinerário do intelecto para o ser na, gnosiologia tomasiana, supõe a consideração da realidade que é ‘ser’, nela há expressão de uma diversidade de graus de perfeição do ser que igualmente

³² TOMÁS DE AQUINO, S. *STh.* I, q. 59, a.2, c. Mesmo nas teorias não realistas, como na kantiana, não se prescinde de afirmar que o conhecido esteja no cognoscente. Contudo, este último caso representa uma teoria que exagera na condição *a priori* ao não reconhecer a devida importância das informações *a posteriori* do real na construção do conhecimento.

³³ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent.* q. 1, a.3, qc. 1, c: “cum scientia sit de conclusionibus et intellectus de principiis”.

³⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *De veritate*, q. 1, a.1, c.

supõe diversidade dos graus do saber³⁵ intelectual para conceber a realidade. É justo defendermos aqui haver uma verdadeira ‘gnosiologia tomista’. E isso porque sua proposta pauta-se na tradição que respeita ambos os limites: do sujeito e do objeto.

Sua proposta é original porque elimina falsos poderes mentais para além de sua capacidade natural (inerentes à proposta da gnosiologia idealista ou da parapsicologia) reconhecendo-lhe seus verdadeiros limites e, também, não confere ao objeto a razão de toda a fundamentação do conhecimento do sujeito. A proposta tomista é *conciliadora*, pois estabelece uma *adequação* entre o que o intelecto pode com o que lhe afeta o real.

§4. ITINERÁRIO E MÉTODO DE ACESSO AO SER.

O itinerário do intelecto para acessar o real segue, primeiramente, a sensação do objeto singular pelos sentidos e, secundariamente, pela intelecção de sua natureza pelo intelecto. Este processo é ao mesmo tempo indutivo e resolutivo. É *indutivo*³⁶ porque os sentidos consideram primeiramente o singular e o intelecto concebe em si, a partir dos dados fornecidos pelos sentidos na consideração do singular, o universal. É *resolutivo*³⁷ porque o intelecto move-se em direção à realidade pela inclinação natural dos sentidos, enquanto por meio desta aproximação considera o objeto e aquilo que a interação do objeto com o sujeito produz primeiramente nos próprios sentidos, a saber, a sensação.

A partir de tais efeitos captados ou padecidos pelos sentidos, o intelecto abstrai a materialidade da informação recebida, concebendo em si mesmo um conceito que constitui razão formal ou causa formal explicativa do ser e do operar do objeto. Por isso se diz que pelo método resolutivo se vai dos efeitos às causas. Daí em diante entra em vigor a via *dedutiva*, ou a dedução, em que o intelecto pela análise e crítica do conceito em sua aplicação e predicação, julga-o e examina-o segundo a adequação ou inadequação com o real³⁸. Eis basicamente o *método* pelo qual o intelecto na gnosiologia tomista acessa o real. Mas o que é a sensação?

³⁵ Jacques Maritain dedicou-se amplamente à exposição do tema ao propor o realismo crítico que supõe os três graus de conhecimento: *físico, matemático e metafísico*: MARITAIN, J. *Distinguer pour unir ou les degrés du savoir*. 4^e édition. Paris: Desclée de Brwer, 1947, p. 18-19.

³⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *Expositio in Post. Analyt.* I, lec. I, n. 11.

³⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *In de Trinitate*, lec. II, q.2, a.1, sol. 3.

³⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *STh*, I, q. 79, a.8, c.

A *sensação*³⁹ pode ser tomada em duplo sentido: como sinônimo de ‘senso comum’ ou seja, como um dos sentidos internos, como ato comum que unifica o sensível no que sente⁴⁰ ou como o padecimento de um estímulo externo ou interno. Trataremos aqui deste último sentido, já que mais adiante consideraremos o *sensu comum* como a sensação interna que reúne as diversas características apreendidas pelos sentidos como a luz, o som, o odor, o sabor, o calor, a aspereza etc. que de certo modo constituem os efeitos que o ser do objeto produz no sujeito ao serem percebidos ou ao afetarem os sentidos.

A sensação como padecimento é um processo *fisiológico* e *psicológico*. É fisiológico porque é um procedimento pelo qual um estímulo externo (relação entre órgão do sentido e objeto sensível próprio – olho > luz > cor) ou um estímulo interno (imaginação) provoca uma reação específica no órgão do sentido – olho. É psicológico porque igualmente este mesmo processo também provoca uma reação específica na alma do sujeito que a padece, na medida em que produz na própria alma uma *paixão*, emoção, que se caracteriza como uma vivência significativa que mobiliza afetos que podem tanto mover a alma para a busca e posse do objeto que lhe causa prazer ou a evitar ou fugir do objeto que lhe causa dor. Deste modo há para o conhecimento a sensação e a inteligência. Como a dimensão moral é inerente à atividade cognoscitiva no homem, é claro se há um problema moral com relação a esta ordem, compromete-se toda ordem cognoscitiva. Por isso, no contexto tomasiano é importante saber acerca das condições com que Adão pôde conhecer antes e depois de sua queda moral, bem como das condições após a vinda de Cristo.

§5. O CONHECIMENTO: EM ADÃO E A PARTIR DE CRISTO.

Como já dissemos acima, a análise tomasiana do conhecimento também se aplica à natureza humana de Cristo. Neste sentido, é oportuno considerar a condição de conhecimento do primeiro homem, Adão, tendo em vista que Cristo é o Novo Adão. Para Tomás, em qualquer caso, há de distinguir em Adão o modo de conhecimento antes da queda e depois da queda. Antes da queda, o conhecimento adâmico era reto, certo e verdadeiro, porque ele estava ordenado perfeitamente, em todo o seu ser, para conhecer a verdade, além de ter o conhecimento de todas as coisas⁴¹. Depois da queda, o conhecimento

³⁹ Não é corrente o uso da palavra latina *sensatio* em Tomás. A palavra *sensus* abarca aqui o sentido de sensação por nós utilizado.

⁴⁰ ARISTÓTELES, *De anima*, III, c. 2, 425b 12-26.

⁴¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb*. I, q. 94, a. 3, c; *In II Sent.* d. 23, q. 2, a. 2, c; *De veritate*, q. 18, a. 6, c.

adâmico foi encaçado no erro, na malícia e no engano, sendo necessário o reto uso dos primeiros princípios do conhecimento para evitar o erro e conhecer a verdade⁴².

É preciso destacar que com a queda Adão não perdeu a capacidade de conhecer a verdade, mas tornou-se difícil conhecê-la por sua própria força e capacidade sem o reto uso daquilo que em sua natureza representava, a modo de imagem e semelhança, a lei de Deus inscrita no homem, por cuja se orientava ao conhecimento da verdade. No intelecto humano encontrava-se inscrito desde sua criação aqueles princípios⁴³ que norteavam o conhecimento. O livre afastamento de Deus causou a desordem das faculdades inferiores, em especial da apetitiva sensitiva, como a concupiscível e irascível. Acrescenta-se a isso, como causa externa desta desordem, a atuação sugestiva daquele que deseja o homem longe da verdade e do bem.

A imaginação e as paixões não se encontrando a serviço da vontade, mas ao ordenamento do prazer que poderiam proporcionar ao corpo, passou a determinar a vontade, que passou não seguir mais à iluminação do intelecto no reto uso dos seus princípios, mas a seguir a orientação dada pela sensação prazerosa que o sentido externo proporcionava ao órgão do sentido, pela imaginação que o sentido interno formava na alma e pela paixão ou movimento espontâneo que tal sensação e imaginação causavam na alma, na medida em que não mais orientavam o intelecto para o conhecimento do que fosse verdadeiro, mas ao corpo a evitar a dor e buscar de modo incessante o prazer.

Esta desorientação causou como uma demolição da estrutura de operação da natureza do homem. Ora, se são pelas obras que se conhecem os frutos de uma natureza, maior dano não poderia ter sido causado à natureza humana de que não poder manifestar por suas obras aquilo que nele designava a mais nobre orientação dada por Deus ao homem. Em certo sentido, pode-se dizer que a culpa original causou na natureza humana uma desestrutura da original hierarquia e harmonia estabelecidas por Deus.

Sabe-se que com a vitória de Cristo sobre a desordem da concupiscência foi dada ao homem a capacidade de, a partir de sua natureza e dos princípios originalmente nelas inscritos, com o auxílio da graça, recobrar o caminho do

⁴² TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* I, q. 94, a. 4, c; *In II Sent.* d. 23, q. 2, a. 3, c; *De veritate*, q. 18, a. 6, c.

⁴³ Por *princípio* entende-se, aqui, aquilo de que algo procede e que contribui para a produção e demonstração de qualquer coisa [*STb.* I q. 33, a. 1, c]. Eis os princípios inscritos no intelecto: princípio da *veracidade* e da *beneficência*, ambos derivados dos primeiros princípios do conhecimento.

conhecimento da verdade e da propensão de fazer o bem. Contudo, a graça não obriga, senão que fortalece a orientação daqueles princípios originários.

Por isso se diz que a graça supõe a natureza e por esta mesma razão, o homem permanece ainda livre para fazer ou não o bem, procurar ou não a verdade, mas isso não mais por não ter sido ‘paga’ a conta da desordem, mas pela conseqüência da fraqueza instaurada pela desordem, por sua vez, conseqüente, como pena, da culpa original.

Em síntese, a expiação de Cristo não eliminou a pena, senão a culpa. Sabe-se pela tradição que em Cristo eliminou-se do homem o compromisso de restituir o que sua ação culposa privou de sua própria natureza pela aversão a Deus. Isto foi feito por Cristo, que o fez sem obrigação, já que a culpa não era sua, mas o fez por amor restituindo à natureza humana seu ordenamento originário a Deus. Cristo restitui à natureza a ordem originária pagando pela culpa original que a havia desordenado. Mas sua redenção não eximiu o homem de assumir as penas conseqüentes da culpa originária.

Uma conseqüência penal da culpa original foi a de o homem, apesar da ação de Cristo, permanecer na ignorância ou no erro seja por sua vontade livre ou mesmo pela inércia dos homens no auxílio e cooperação de comunicação da verdade. Como em Cristo, o homem é chamado a conhecer e comunicar a verdade, auxiliando aos demais, no que for possível, a encontrar o caminho que conduz à verdade e à vida.

Neste aspecto a atuação expiatória de Cristo exige do homem o esforço necessário para atuar na busca da verdade e do bem. Não que Cristo não pudesse libertá-lo das penas e restituir-lhe a ordem plena originária. Quis contar com nossa liberdade, ou seja, conosco, em Sua cumplicidade para que fôssemos resgatados, mesmo porque a ação humana de afastar-se de Deus, nas origens, supôs igualmente uma ação livre.

E isso justifica a famosa sentença que diz que se Deus te criou sem ti, agora já não mais te salvará sem ti, ou seja, sem a tua livre cooperação, tendo em vista que não faltará à natureza a força necessária – a graça – para que, atuando sobre aqueles princípios, possa o homem, por seu intelecto, conhecer a verdade e fazer o bem, embora permaneça, como conseqüência penosa, a desordem da concupiscência sentida por nossas faculdades sensíveis externas e internas.

Então é preciso levar em conta que a expiação de Cristo supõe o compromisso do esforço humano que na matéria do conhecimento da verdade deve dispor e colocar os meios necessários para sua consecução. Nossos sentidos externos embora estejam ordenados para seus objetos próprios, buscam-nos mais pelo prazer do que pela verdade e bem, razões que originalmente impulsionam o intelecto e, por conseguinte, suas faculdades

inferiores. Com o pecado original os sentidos não deixaram de se orientarem aos seus objetos próprios, mas deixaram de procurar neles a verdade e o bem que constituíam a orientação original do intelecto norteado por princípios que participam das perfeições divinas e que foram inscritos em sua natureza, desde sua criação.

Neste contexto, não urge saber qual seja o objeto próprio de cada sentido. Isto a ciência sabe. Urge saber qual o seu papel na gênese do conhecimento, bem como pode a partir dele gerar conhecimento verdadeiro ou falso. Neste primeiro momento, cabe apresentar a natureza, a função, os objetos, modo de operação e o que os sentidos externos produzem ao se direcionarem para a realidade particular.

Parece-nos que não há problema algum que o olho veja a cor, que o ouvido ouça o som etc. Isso é natural e o pecado original não destruiu a natureza, senão que a perverteu. Então porque não conhecemos a verdade ou sentimos dificuldade de conhecê-la? Obviamente não é por causa do fato de que o olho veja a cor da rosa e alegre-se o sentido a visão com isso. Não há problema algum nisso, pois isso é natural na condição cognoscitiva do homem.

O que houver estará por trás do ver, ou melhor, antes que o olho veja a rosa, como a intenção que o orienta a ver segundo um ou outro modo, conforme uma ou outra finalidade: embora o ver a cor rosa da flor seja um dado objetivo da relação fisiológica olho-luz, reveste de intenção o olhar do conhecimento, pois num mesmo dado objetivo da relação olho-luz, um é o olhar que vê na cor da flor a intenção de sua traição e outro é o que vê na cor da flor a intenção de sua fidelidade.

O papel da gnosiologia não se restringe só à análise objetiva do conhecimento, mas também de sua intenção moral, já que é segundo esta mesma intencionalidade que se alcança a verdade. Sobre isso reside o valor objetivo do conhecimento: o conhecimento tem valor, porque produz uma representação verdadeira da coisa conhecida⁴⁴ e esta, pode segundo uma intencionalidade livre, como uma virtude, verter-se em ensino ou aprendizagem da verdade ou como um vício, verter-se num modo de escravidão e falsidade.

E esta representação é *certa* porque se pautava nos primeiros princípios do conhecimento, que são verdadeiros e evidentes em si mesmos e não erram no julgamento daquilo a que está ordenado, na medida em que não comete a contradição⁴⁵. E se acaso incidir no erro não o faz por má orientação de tais princípios, mas por sua má utilização como por malícia ou por ignorância ou

⁴⁴ TOMÁS DE AQUINO, S. *In IV Met.* lec. 14-15.

⁴⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *In IV Met.* lec. 6.

mesmo por causa da complexidade do objeto, ao errar quando julga⁴⁶, por ser o objeto conhecido maximamente dessemelhante da natureza do cognoscente e não participar dos seus princípios⁴⁷ ou por causa da paixão, pois esta pode induzir o intelecto ao erro no juízo⁴⁸.

Neste caso específico da paixão poder conduzir o juízo do intelecto ao erro relaciona a gnosiologia com a moral, ou seja, de como as paixões em sua desordem moral podem influenciar negativamente na objetividade do conhecimento. Contudo, deixaremos para analisar a dimensão moral do conhecimento nos estudos de ética. Dedicaremos em outra oportunidade algumas considerações objetivas de como se dá o conhecimento mediante a potência sensitiva, pelos sentidos externos.

⁴⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *In II Sent.* d. 5, q. 1, a. 1, ad. 4.

⁴⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *STb.* II-II, q. 53, a. 3-4.

⁴⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *In II Sent.* d. 5, q. 1, a. 1, c.